

QUE UNIVERSIDADE É ESTA?

Novas deliberações sobre vagas no vestibular ameaçam uma série de cursos e podem causar demissões de professores

A pró-reitora de graduação, Margarida Limena, enviou aos diretores de faculdade um documento no qual era sugerida a não abertura de cursos e turmas considerados deficitários para o vestibular de verão.

O ofício reforça as deliberações anteriores, já questionadas pelas direções de faculdade, ou seja o número mínimo para abertura de turmas no vestibular será de 15 alunos para cursos de turno único, 25 para dois turnos e 30 para cursos superiores de tecnologia. Mas a nova deliberação vai mais longe e exclui os alunos portadores de diploma ou transferência para compor o número mínimo, bem como termina a segunda opção para todos os cursos (veja íntegra da medida na página 2). A não abertura de turmas, fato que já está se tornando corriqueiro nos últimos inícios de ano letivo, pode trazer a conhecida ameaça de demissão de docentes ou redução de seus contratos.

As normas seguiram para as direções de Faculdade que, após discutirem com seus coordenadores de curso, tomaram posições que foram levadas para o Conselho de Ensino e Pesquisa (Cepe) do dia 11/9.

Em uma reunião longa e

difícil, boa parte dos membros do Cepe levantaram questões sobre as novas normas, mas ao final da sessão todos os fechamentos de turmas ganharam a adesão da maioria dos conselheiros. A necessidade de aprovação das medidas era, muitas vezes, encaminhada sob o argumento falacioso de que "se nós não o fizermos, o Consad vai fazer".

POSIÇÃO DA FAFICLA

A Faculdade de Filosofia, Comunicações, Letras e Artes (Faficla) elaborou um extenso relatório, deliberado pelos coordenadores de curso, onde destaca algumas contradições das medidas. Em primeiro lugar estamos na iminência de uma reformulação no regulamento do Pifpeb (Projeto Institucional para Formação de Professores da Educação Básica) que, entre outras medidas, deverá adotar novos critérios para mensuralidades de cursos de menor procura. Se adotadas agora as deliberações da reitoria nomeada farão com que este argumento vire letra morta. No mesmo sentido o vestibular deverá reformular a sua forma de divulgação, o que poderia ter melhores resultados nos cursos que a

reitoria sugere o fechamento.

Os coordenadores da Faficla somente admitiriam um corte da magnitude que está sendo proposto, se todas as soluções propostas para este ano já estivessem implementadas sem resultado positivo.

Já para o curso de Turismo a pró-reitoria sugeriu que não sejam abertas turmas em 2014 e que se faça uma reforma curricular para 2015. Segundo a coordenadora do curso, Mônica Viana, esta decisão seria desastrosa para o curso pois não haveria garantias de que o curso volte a funcionar. Os professores do curso reuniram-se e encaminharam a proposta de abertura normal de vagas em 2014, juntamente com a elaboração de planos pelo coletivo do curso para a maior captação de alunos nos próximos vestibulares. Porém, para a professora Margarida Limena, que prometeu ouvir o curso, a decisão do Cepe é irreversível. Para Mônica a divisão que quer se estabelecer na universidade entre cursos deficitários e superavitários é inconcebível.

Entre os cursos que não deverão abrir turmas ou turnos em 2014 estão Francês, Espanhol, Secretariado, Crítica e Curadoria (todos da Faficla), além de Biologia, Física,

Geografia, Turismo, Serviço Social, entre outros.

VISÃO DE UNIVERSIDADE

Já para a diretora da Faculdade de Educação, Neide Nófis, as medidas agora propostas "comprometem a visão de universidade que a PUC-SP sempre teve". De fato o fechamento de cursos, prioritariamente nas áreas de licenciatura, línguas e filosofia tenderão a desfigurar o caráter da universidade que deverá se transformar em mais uma uniesquina da vida.

A maneira como as decisões estão sendo tomadas, reforçam a ideia de uma PUC-SP "enxuta", onde só teriam espaço os cursos com rentabilidade comprovada, excluindo-se aqueles que conferem o nome de Universidade a uma instituição de ensino.

As decisões do Cepe devem ainda passar pelo Conselho Universitário, cuja sessão ordinária está agendada para a quarta-feira, 25/9 (nesta quarta-feira, 18/9, o Conselho se reúne extraordinariamente para debater o regimento do Pós-Graduação). A decisão do Consun será enviada para a deliberação final do Conselho de Administração (Consad).

Confira os parâmetros para a abertura de turmas em 2014

Segundo a nota emitida pela reitoria nomeada, a decisão da abertura de turmas para o vestibular de 2014 deverá obedecer os seguintes critérios:

1. Número mínimo de alunos para funcionamento de turmas: 15 alunos para cursos de turno único, 25 alunos para dois turnos e 30 alunos para os cursos superiores de tecnologia (conforme aprovado pelo Conselho Universitário);

2. Alunos ingressantes por transferência ou por serem portadores de diploma superior não poderão ser computados para o funcionamento de turmas;

3. Não haverá segunda opção em nenhum dos cursos;

4. Datas para fechamento de turmas:

1ª - Término das inscrições do vestibular. Cursos cujo número de inscritos for menor que o número mínimo para a abertura. Nesse caso a taxa será devolvida;

2ª - Término da 1ª chamada, quando o número de alunos matriculados for igual ou inferior ao de inscritos para o vestibular;

3ª - Término da 2ª chamada, quando o número de alunos matriculados for igual ou inferior ao de inscritos para o vestibular.

O Leito de Procusto puquiano: sobre o corte de turmas

Jonnefer Barbosa

Na última reunião do Cepe da PUC-SP, ocorrida em 11/9, decidiu-se pela suspensão de turnos de inúmeros cursos considerados como de "baixa procura" e, em casos mais drásticos, pela não oferta de vagas em cursos como Turismo e Física. Ressalte-se que as graduações atingidas com a "tática de terra arrasada" compõem as Licenciaturas da universidade, incluindo a quase totalidade dos cursos da Faculdade de Ciências Sociais (exceção de Relações Internacionais) e da Faficla (com a exceção de Jornalismo, Publicidade e Multimeios).

Os critérios adotados para tal suspensão foram dados obtidos dos anos de 2010 a 2013, período em que, paradoxalmente, a política de cortes e cancelamento de turmas que não atendiam a critérios abstratos de números de alunos passaram a ser "técnica de gestão" corriqueira para lidar com as questões acadêmicas da universidade.

Estamos às vésperas de institucionalizar uma universidade de castas. Não apenas entre docentes componentes da "carreira" e

os auxiliares de ensino, mas entre cursos considerados superavitários e cursos que supostamente "não se pagam", entre cursos que lotam corredores e salas e cursos que devem permanecer na surdina, que "subutilizam" o espaço físico diminuto dos campi.

Esta política miúda e equivocada do corte pontual de vagas - uma forma de sangrar a galinha dos ovos de ouro - visa apenas obter a completa inexistência, por parte da Fundação São Paulo, de uma política acadêmica séria que leve em consideração a manutenção sustentável destes cursos, analisando a PUC-SP como uma universidade e não como um mero aglomerado de cursos, ou pior, "produtos" oferecidos no mercado de secos e molhados, passíveis de causarem prejuízos ou ruína de um negócio como outro qualquer.

Falamos da Fundação São Paulo: efetivamente seus Secretários Executivos decidem sobre tudo na universidade, vivemos uma espécie de soberania de batina que viola a autonomia universitária tão prezada na história da PUC-SP. Trata-se, porém, de uma "mantenedora" que é também mantida: as mensalidades dos alunos

custeiam toda a estrutura da Fundação São Paulo, que teria a incumbência de manter financeiramente a PUC-SP. Ora, a universidade deve se submeter ao arrocho orçamentário e à política de cortes, mas não sabemos se esta política de enxugamento também é seguida à risca por nossa mantenedora.

Exigimos saber: qual o salário dos Secretários Executivos da Fundasp? Qual o valor gasto com seus assessores? Quanto a universidade gasta contratando um dos mais caros escritórios de advocacia do Brasil? Quais são os valores pagos mensalmente à empresa de segurança Graber?

No dia 25/9 ocorrerá uma reunião extraordinária da câmara de Graduação a fim de discutir coletivamente e academicamente a política de oferta de vagas na universidade. Esperemos que, ao contrário de desligar os aparelhos, seja um dos primeiros passos de reabilitação dos cursos atingidos. Pois, para além destes cursos, está em questão a sobrevivência da PUC-SP como uma universidade de fato.

Jonnefer Barbosa, doutor em Filosofia, é professor da PUC-SP

Professora Bia recebe apoio do cursinho popular

A professora Bia Abrami-des continua a receber apoios de todo o Brasil contra o processo político que vem sofrendo na PUC-SP. O Cursinho Popular dos Alunos da PUC-SP manifestou seu total apoio à professora, por quem declararam muito carinho. A seguir, confira os outros apoios à professora:

Angelica Lovatto - Professora UNESP-Marília, **Anibal R. Cavali** - Diretor do Sintusp - Sindicato dos Trabalhadores da USP, **Anna Carolina Amadeu** - Assistente Social formada na PUC-

-SP, **Antonia Conceição Dos Santos** - Ex- Aluna da PUC-SP, **Aparecida Eliane Nicoletti** - NEPEDH - Núcleo de Ética e Direitos Humanos, **Aparecida Terayama** - Professora CEFETMG, **Beatriz Vianna Nogueira Joaquim** - Estudante da PUC-SP e Publicitária, **Beto Banwart**-Consultoria Socio Ambiental, **Bruno André Bianucci Caçador** - Estudante de Letras da PUC-SP - 4º ano, **Bruno Sulfite** - Estudante PUC-SP, **Daiane Almeida Souza** - Assistente Social - Hospital Albert Eins-

tein - Ex-aluna - PUC-SP, **Denes** - São Luís - Maranhão, **Denise Andrade Neves** - Profª PUC Goiás, **Denise Moraes-UNINOVE**, **Eliana Pereira Silva** - Mestranda Pós em Serviço Social - PUC-SP, **Eliane de Assis Mendes** - Centro de Saúde do Trabalhador, **Eranilda Souza**-Centro Universitário São Camilo, **Erica Pereira** - Estudante de dança, **Erica Regina** - Assistente Social, **Guilherme de Almeida Soares** - Estudante da PUC-SP, **Guilherme Luz** - Frente Estadual Antimanicomial

- SP, **Gustavo Shefferian** - UNG, **Gustavo Takashi Moraes Aasano** - Jornalista formado pela PUC-SP em 2010, **Joana Manassés Penteado** - Aluna mestrado em Psicologia Social PUC-SP, **João B.Gomes** - Secretário de Políticas Sociais da CUT-SP, **Jociene Amancio de Camargo Rodrigues** - Assistente Social, **John Kennedy Ferreira** - Professor da PMSP/IFES-SP, **Josuel Rodrigues-CAPE**, **Lúcia Rodrigues**-Jornalista, **Sarah Ladeira Lucas**- Estudante de direito da PUC-SP.

Pantera Negra faz conferência na PUC-SP

Nessa quarta-feira, 18/9, às 19h30, na sala 100, no primeiro andar do prédio novo, acontece uma conferência coletiva com Ericka Huggins - ativista pelos direitos humanos e fundadora do Partido dos Panteras Negras ("Black Panthers Party"). No evento, Ericka Huggins falará sobre os movimentos sociais norte-americanos e o legado global do "Programa de Sobrevivência Comunitária do Partido dos Panteras Negras", além de discutir sobre a atual situação da questão racial no EUA.

Antes da conferência, que está sendo organizada pelo Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Sociais (Neils) e pelo Centro Acadêmico

de Ciências Sociais (CACS), haverá a exposição do documentário "The Black Power Mixtape 1967-1975", às 17h, também na sala 100.

O Partido dos Panteras Negras foi fundado em Oakland, no sul dos Estados Unidos, em 1966, com o objetivo principal de defender os negros de ações violentas vindas de policiais e grupos racistas. Depois, ficou famoso pelo "Programa de Dez Pontos" em defesa da igualdade racial e contrário a qualquer tipo de violação aos direitos dos negros nos EUA. Entre seus membros mais conhecidos, além de Huggins, estão nomes como Malcon X e o jornalista Mumia Abul-Jamal.

ERICKA HUGGINS

CONFERÊNCIA NA PUC/SP
 Movimentos sociais nos Estados Unidos da América:
 o legado global do Programa de Sobrevivência Comunitária do Partido dos Panteras Negras (Black Panthers Party)

18 DE SETEMBRO DE 2013
 QUARTA-FEIRA ÀS 19H30
 SALA 100 PUC/SP

17H00 DOCUMENTÁRIO
 The Black Power Mixtape 1967-1975

NEILS Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Sociais
 CACS - Centro Acadêmico de Ciências Sociais

G AUICHE NA VIDA

O que mancha a imagem do Brasil no exterior não é a falta de alta costura

Carta aberta de Maria Rita Kehl à ministra Marta Suplicy. A carta é curta e profundamente objetiva. O governo precisa fazer opções. Deixar os Pontos de Cultura à míngua e incentivar a alta costura, é algo absurdo. É algo que aponta lados. Que demonstra escolhas. Ou seja, menos arte popular. Mais elitismo. E tudo em nome da economia.

Prezada Ministra Marta, como vai?

Escrevo para lhe dizer que concordo com a sua afirmação: moda é cultura. Alta culinária também. No entanto, eu não penso que sejam estas as expressões culturais que precisam dos incentivos do MinC.

O argumento de que desfiles sofisticados "melhoram a imagem do Brasil no exterior", a meu ver, é inconveniente. Esta era uma preocupação dos governos militares: enquanto havia tortura aqui dentro, eles se preocupavam com a imagem do Brasil lá fora. Ora, só o fim da ditadura poderia melhorar nossa imagem frente aos países democráticos.

Hoje, em plena democracia, a tortura só é praticada nas delegacias da periferia, contra negros e pobres cujas famílias são intimidadas para que as denúncias não cheguem nem à sociedade

local, quanto menos à comunidade internacional. Então, oficialmente, vivemos em plena democracia. Mas o que é que "mancha" a imagem do Brasil no exterior? Não é a falta de alta costura/alta

- expulsos de suas comunidades para se tornarem, na melhor das hipóteses, trabalhadores braçais não qualificados. Lavradores, quilombolas e grupos indígenas perdem suas terras - e

Estados, muito menos para outros países.

Não prossigo indefinidamente com exemplos que sei que são de seu conhecimento. Termino com uma afirmação que me parece até banal: em um país tão desigual quanto o nosso, fundos públicos só deveriam ser utilizados para possibilitar o crescimento de quem não tem acesso ao dinheiro privado.

Tão simples assim. Por isso estou certa de que, a cada vez que o MinC, o MEC, o Ministério da Saúde e quaisquer outros agirem na direção oposta à da diminuição da desigualdade, a sociedade brasileira vai se indignar. As expressões dessa justa indignação é que hão de "manchar a imagem do Brasil no exterior".

Respeitosamente, Maria Rita Kehl.

Maria Rita Kehl, psicanalista, ensaísta, crítica literária, poetisa e cronista brasileira. Em 2010, foi vencedora do Prêmio Jabuti de Literatura na categoria "Educação, Psicologia e Psicanálise" com o livro O Tempo e o Cão e recebeu o Prêmio Direitos Humanos do governo federal na categoria "Mídia e Direitos Humanos".

Fonte: Revista Fórum

A desigualdade que persiste no Brasil já não é a que impede o povo brasileiro de se alimentar. É a que impede o acesso das classes baixas aos meios de produção. Pescadores perdem as condições de pescar - e com isso, sua cultura tradicional, Lavradores, quilombolas e grupos indígenas perdem suas terras - e com isso, as condições de manter suas práticas culturais - expulsos pela ganância do agronegócio.

cultura. É a permanência da desigualdade, que nem os programas sociais dos governos petistas conseguem debelar de fato, embora tenham sim diminuído significativamente a miséria que excluía milhões de brasileiros dos padrões mínimos de consumo.

A desigualdade que persiste no Brasil já não é a que impede o povo brasileiro de se alimentar. É a que impede o acesso das classes baixas aos meios de produção. Pescadores perdem as condições de pescar - e com isso, sua cultura tradicional

com isso, as condições de manter suas práticas culturais - expulsos pela ganância do agronegócio.

Os Pontos de Cultura criados na gestão Gilberto Gil estão abandonados em muitas regiões do país. Músicos e poetas das periferias das grandes cidades não conseguem recursos para mostrar sua arte para o resto do país. Pequenos grupos de teatro, que sobrevivem graças à Lei do Fomento criada na sua gestão na Prefeitura de São Paulo, dificilmente conseguem levar sua produção cultural para outros

FALA COMUNIDADE

Rabo de olho

Aslan Bogado

Num dia desses, ao sair de casa, fui abordado por dois policiais em serviço. Fiquei abismado - como qualquer pessoa em sã consciência ficaria - ao ver duas armas de fogo apontadas para a minha direção. Confesso que senti um pouco de medo mesclado com indignação. No entanto, nada em mim era mais forte que o desejo de saber o motivo pelo qual estava sendo tratado de forma tão truculenta.

Cumpri subalternamente o procedimento padrão. Levantei as mãos e deixei os dedos abertos, abri as pernas (que ficaram meio bambas) e respondi o interrogatório de costas para meus interrogadores:

– (Polícia) Como é o seu nome?

– (Eu) Aslan.

– (Polícia) Aonde você está indo?

– (Eu) Para o trabalho.

– (Polícia) Trabalha aonde e com o quê?

– (Eu) Trabalho na Zona Norte, ou melhor, na Zona Sul. Sou assistente social num serviço de acolhimento para crianças e adolescentes.

Como estava muito nervoso acabei trocando a região. Em seguida fui obrigado a estender as mãos. Um deles colocou minha mochila sobre elas e disse:

– (Polícia) O que tem na sua mochila?

– (Eu) Livros.

– (Polícia) Por quê?

– (Eu) Porque sou estudante.

Então, expliquei que sou estudante de Serviço Social.

– (Polícia) Trabalha aonde mesmo?

Fizeram esta pergunta novamente para eu cair em contradição, porém, repeti a resposta anterior sem alterações. Entreguei meu documento e um deles "aparentemente"

para ser tratado daquela forma. A resposta foi a seguinte:

– (Polícia) Somos policiais, este é nosso trabalho. Nem sempre gostamos dos métodos, mas é desta forma que pegamos ladrões na rua e, muitas das vezes, eles estão "engravatados".

Por fim, eles se despediram com um aperto de mão e foram embora; provavelmente com aquele sentimento

não veríamos a categoria policial entrando em greve de tempos em tempos, inclusive os chamados federais que, teoricamente, ganham um salário melhor. E alienado porque - como o meu amigo fardado afirmou - não gosta dos métodos, portanto, não se reconhece na função que exerce.

Além disso, é necessário fazer uma análise crítica da função social da "entidade policial" neste modelo de sociedade. Numa sociedade marcada pela desigualdade social, política e econômica, a força policial é necessária, pois, deve ser utilizada como instrumento de opressão e repressão às vezes que clamam pela supressão dos direitos individuais em detrimento dos direitos coletivos, e também pela distribuição da riqueza socialmente produzida. O que mais angustia é o fato desta força policial ser constituída por indivíduos oriundos das camadas populares, ou seja, é pobre oprimindo pobre e trabalhador oprimindo trabalhador. Esta lógica se concretiza toda vez que um "Amarildo" desaparece numa UPP, quando um "Zé Desgraça" é assassinado na biqueira por uma ação contra o tráfico ou quando um sujeito como eu, também da classe trabalhadora, é abordado na rua por conta de uma ronda rotineira.

Quando digo que a força policial é constituída por indivíduos oriundos das camadas populares, faço isto



O que mais angustia é o fato desta força policial ser constituída por indivíduos oriundos das camadas populares, ou seja, é pobre oprimindo pobre e trabalhador oprimindo trabalhador. Esta lógica se concretiza toda vez que um "Amarildo" desaparece numa UPP.



fez uma consulta, concluindo que não havia qualquer delito registrado em meu nome. Só então me senti no direito de perguntar por qual motivo fui abordado. Fiquei admirado ao ouvir a resposta:

– (Polícia) Você nos olhou com um "rabo de olho" quando estávamos passando de carro.

Ele tinha razão, eu havia olhado mesmo. Exclamei, com um pouco de petulância, que ninguém era obrigado a gostar da polícia. Afirmei, também, que não havia demonstrado qualquer tipo de comportamento suspeito

de "missão cumprida". Num movimento totalmente inverso, segui minha jornada - muito angustiado - rumo ao meu trabalho, refletindo sobre o que havia acabado de acontecer.

Polícia para quê?

Não tenho nada contra o ser humano que veste a farda. É apenas mais um trabalhador explorado, precarizado e alienado, tal como eu. Explorado porque trabalha muito e ganha pouco, e convenhamos, o trabalho é de alto risco. Precarizado porque suas condições de trabalho são mínimas, se assim não fosse,

continuação da página anterior

porque nunca ouvi falar de algum filho da burguesia que sonha em ser policial. Em contrapartida, conheço muitos jovens da periferia que sonham em vestir a farda: querem pegar ladrões! Triste ver como a ideologia policial é propagada por meio de filmes, novelas, livros etc. Os heróis sempre vestem uniformes! Todos os jovens querem ser heróis, e os da periferia também. E são! Mas, seria melhor que fossem heróis sem farda.

Ocorreu-me agora uma experiência do ano passado. Fui ao banco com um amigo, mas fiquei no carro esperando enquanto ele realizava algumas transações. Era noite. De repente, ao olhar para dentro da agência, percebi que ele havia sido abordado por um indivíduo. Meu senso de perigo me alertou que se tratava de um assalto. Não

exitei, liguei rapidamente para a polícia - eis a maldita contradição!

Tarde demais. O dinheiro havia sido roubado e nenhum sinal do assaltante, que devia estar bem longe. Depois da caçada policial, conversando com os militares, um deles me disse que pessoas como aquele assaltante deveriam morrer. Eu retruquei - apesar de ter sido uma das vítimas da noite - dizendo que ele era um ser humano, e que estava assaltando por algum motivo. O policial me disse que, há tempos, cultivara um imenso sentimento de ódio por assaltantes, pois, um deles havia assassinado sua irmã. Por este motivo ele se tornara um militar, para vingá-la. Não estendi a discussão.

Voltei para casa pensando no que havia acontecido com aquele policial. Sua tragédia me consternou muito mais que o susto da noite. Infelizmente a vida de uma pessoa inocente havia sido roubada,

no entanto, e mesmo munido de "autoridade para perseguir e matar", aquele sujeito não poderia recuperar a vida de sua irmã.

Infelizmente, nesta sociedade, a polícia é um mal necessário. Ao mesmo tempo em que oprime e humilha, ela protege e assegura a vida. Por mais que eu a odeie, penso nela quando ando solitário na escura rua. Esta é a maldita contradição deste mundo insano. Precisamos de tudo aquilo que não precisamos.

A análise que fiz neste texto é muito simplista. Qualquer ser pensante com olhar pouco refinado pode fazê-la. Contudo, a crítica que me propus a tecer é profunda. Todos precisamos analisar e criticar aquilo que está posto. Não podemos reforçar a ideologia policial. Se, nesta sociedade, todas as pessoas tivessem todas as coisas em comum, a força coercitiva da entidade policial seria apenas

mais uma página virada nos pergaminhos da história. Sou contra a polícia, contra a guarda municipal, contra o exército ou qualquer entidade que seja investida de poder (pelo Estado) para julgar, prender e matar. O fim das forças policiais é tão necessário quanto o fim da minha profissão.

"Este é meu trabalho" foi a resposta que ouvi de um policial ao questioná-lo sobre o motivo pelo qual me humilhou na rua. Lá no fundo, bem no fundo, havia uma mensagem subliminar nas palavras daquele militar.

Ela é a prova do prazer que o homem sente em subjugar o outro.

Aslan Bogado é assistente social e aluno do Programa de Pós Graduação em Serviço Social da PUC-SP
<http://aslanbogado.blogspot.com.br/2013/09/rabode-olho.html>

ONG ligada à Igreja é acusada de desvio de recursos federais

Durante a semana passada a Igreja Católica estampou as manchetes das páginas policiais quando o Centro de Atendimento ao Trabalhador (CEAT), organização não governamental, foi acusada de desviar recursos do Ministério do Trabalho destinados à manutenção de centros públicos de empregos e qualificação profissional dos trabalhadores.

A ONG tem como presidente de seu Conselho Consultivo o cardeal de São Paulo

Dom Odilo Scherer, Grão Chanceler da PUC-SP, e opera nas regiões de São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília. Segundo a Polícia Federal, os desvios seriam da ordem de R\$ 47,5 milhões. O padre Lício Vale e mais cinco outros componentes da ONG foram presos sob as acusações de corrupção, desvio de verbas, lavagem de dinheiro e formação de quadrilha. Porém, a prisão foi relaxada e os acusados estão respondendo em liberdade.

Segundo informações do site do CEAT, a instituição tem como objetivo proporcionar a inclusão socioprofissional, fornecer qualificação profissional e a intermediação de mão de obra, além de habilitação ao seguro-desemprego e emissão de carteira de trabalho. O CEAT ajuda a qualificar para o emprego, o que hoje parece ser prioridade. Existe a possibilidade de trabalho, mas as pessoas não estão preparadas.

"No momento, o Brasil é

como um trem, com muitas vagas disponíveis. Precisamos ajudar essas pessoas a embarcarem no trem da história, das oportunidades, estando preparadas", afirmou Dom Odilo Scherer, em 2010, quando houve inauguração de mais unidade do centro. A notícia ganhou relativo destaque na mídia impressa, porém foi amplamente citada em sites da internet. Contudo, até agora, o CEAT não se pronunciou em seu site <http://ceatsp.org.br/portal>.

MOVIMENTOS SOCIAIS

Manifestantes lembram os 40 anos do golpe no Chile

Na quarta-feira da semana passada, 11/9, movimentos populares e estudantes chilenos foram às ruas para lembrar os 40 anos do golpe militar contra o presidente socialista democraticamente eleito Salvador Allende.

Manifestações se espalharam por toda a capital e pela região metropolitana de Santiago. Escolas foram ocupadas, barricadas montadas, carros e ônibus foram queimados e 68 pessoas saíram detidas. Além

de dezenas de feridos.

"A única forma de lembrar essa data é com organização e luta, porque nos encontramos em um contexto em que a repressão contra os estudantes tem sido enorme", disse Isabel Salgado, porta-voz da Assembleia Coordenadora de Estudantes Secundaristas.

O golpe foi articulado pelos EUA, através da CIA e do seu embaixador em Santiago, e operado pelo general Augusto

Pinochet, que seria o ditador chileno até 1990. Mas desde a eleição de Allende, em 1970, os EUA já preparavam o golpe, criando barreiras econômicas e convulsões políticas no país. Na manhã de terça-feira, de 11/9, aviões bombardeavam o Palácio de La Moneda, enquanto o exército controlava os setores estratégicos do país. Em poucas horas, Salvador Allende estaria morto, e o Chile começaria o período mais sombrio de sua história.

Adufrj denuncia privatização de hospital universitário

A Associação dos Docentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Adufrj) publicou, na última edição de seu jornal, uma denúncia de que o reitor da instituição, Carlos Levi, está tentando aprovar apressadamente no Conselho Universitário (Consuni) a adesão dos hospitais universitários da UFRJ à Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebsers). A última reunião do Consuni se encerrou sem que se chegasse a um acordo e com tentativa da reitoria de impedir a participação da comunidade acadêmica no conselho. Depois da polêmica, a próxima reunião do Consuni, 26/9, foi marcada para o Campus Fundão, para possibilitar maior participação dos setores. Segundo a associação, a adesão dos HU's à Ebsers significa a privatização dos hospitais universitários, que fazem parte do Sistema Único de Saúde (SUS). Caso isso aconteça, não somente a gestão hospitalar, como também o ensino, a pesquisa e a extensão dos cursos de saúde ficam sob a responsabilidade da empresa. No caso da UFRJ, a entrega de quatro hospitais do complexo hospitalar, sem nenhuma contrapartida à sociedade e à universidade.

Ocupação Esperança consegue apoio de vereadores de Osasco

Na terça-feira, 10/9, os moradores da ocupação Esperança, em Osasco, interditaram uma sessão ordinária da câmara de vereadores da cidade e conseguiram uma moção de apoio ao movimento de todos os 21 vereadores da casa.

A ação ocorreu a fim de forçar os vereadores a pressionarem o prefeito de Osasco, Jorge Lapas (PT), assim como os órgãos públicos responsáveis pela política de habitação, a encontrarem uma solução para as famílias que hoje moram em um terreno de uma empresa de cosméticos

no bairro Jardim 3 Montanhas, cuja posse já foi reivindicada na justiça. Lapas não tem atendido as reivindicações da ocupação Esperança e, enquanto isso, a data da audiência na justiça entre as partes, marcada para essa quarta-feira, 18/9, se aproxima.

"O prefeito tem tido uma postura muito dura. No Jornal Visão Oeste, afirmou que não há chance de atender as famílias da ocupação Esperança porque seria como enxugar gelo", disse Helena Silvestre, militante do movimento Luta Popular, que organiza a ocupação Esperança.

Desde o início do movimento, em 12/7, os moradores da ocupação Esperança enfrentam uma maratona de luta. Já no dia 13/7, eles foram despejados com violência pela GCM do primeiro terreno que ocuparam. No dia 16/7, os moradores realizaram uma marcha até a prefeitura, na primeira tentativa de abrir uma negociação. Até que no dia 23/7, sem resposta da prefeitura, ocuparam o terreno que habitam hoje. Nesse processo de dois meses, o número de famílias da ocupação Esperança saltou de 300, no início, para quase mil, agora.

Sete de Setembro é marcado por repressão policial

No sábado, 7/9, Dia da Independência do Brasil e quando movimentos sociais tradicionalmente vão às ruas para o "Grito dos Excluídos", uma série de atos políticos se espalharam por mais de 100 cidades do país, e, com eles, a repressão policial.

Em muitas cidades do Brasil o que se viu foram cenas de violência e brutalidade policial no trato aos manifestantes, como em São Paulo, Brasília e Belo Horizonte. Em 11 capitais, ao todo 355 pessoas foram detidas e muitas saíram feridas.

Segundo o diretor-executivo da Anistia Internacional no Brasil, Átala Roque, que observa as manifestações no Brasil, o país vive um momento de tensão política e pode estar diante de um "retrocesso injustificável" causado pelo abuso de autoridade policial e criminalização pelo Estado dos integrantes de protestos nas ruas do país. Um exemplo disso seria a diminuição de manifestantes nas ruas, o que é visível desde a jornada de protestos ocorridas no mês de junho.



Manifestantes no Parque da Independência, ao final do ato que se iniciou na Praça da Sé

ROLA NA RAMPA

SINPRO-SP faz campanha contra terceirização

Após forte pressão dos professores do Sindicato dos Professores de São Paulo, o Projeto da Terceirização do PL 4.330 não entrou na pauta de votação da Comissão Constituição e Justiça da Câmara, mesmo com a possibilidade de que os parlamentares da CCJ apreciassem a matéria em reunião no último dia 3. Segundo o sindicato, a vitória demonstra que a unidade do movimento sindical poderá ajudar a aprovar um texto que trate adequadamente o tema, pois da maneira que está formatado só atende aos interesses empresariais. Ao longo da semana,

diante das divergências em torno do tema, o presidente da Câmara informou que vai colocar o projeto em debate, em uma comissão geral para definir os rumos da votação do PL 4.330. A expectativa do SINPRO é colher subsídios antes da decisão se o projeto continuar na CCJ ou se segue para plenário. Os sindicalistas devem manter a mobilização contra o projeto, que se aprovado terá consequências para as mais diferentes categorias, determinando a precarização das relações de emprego e ameaçando conquistas históricas dos trabalhadores.

Prorrogado o prazo para manifestação sobre seguro

A Divisão de Recursos Humanos informa que os professores e funcionários que ainda não se manifestaram sobre o reajuste do Seguro Bradesco poderão fazê-lo até o dia 20/9. Foi

acordado também entre a seguradora e a PUC-SP que caso os novos valores sejam aprovados eles só serão aplicados na folha de pagamento de outubro, com recebimento em novembro

Rua em Piracicaba receberá nome de sindicalista

Uma rua na cidade de Piracicaba receberá o nome do ex-bancário e sindicalista Antônio da Costa Gadelha Netto, que foi assessor político-administrativo da Prefeitura de Piracicaba entre 1979 e 1982. A homenagem, o projeto de lei 172/2013, foi proposta pelo vereador José Antonio Fernandes Paiva (PT). Gadelha nasceu em 1935 em Ribeirão Preto (SP), fez carreira no Banespa (Banco do Estado de São Paulo) e, em agosto de 1959, ingressou por concurso público no Banco do Brasil, do qual foi demitido em 1965

após responder breve inquérito ideológico-administrativo sobre suas atividades sindicais. Anistiado pela lei 6.683/1979 e reintegrado por despacho do ministro da Fazenda, foi autorizado a retornar ao Banco do Brasil como funcionário anistiado, reassumindo suas funções em 27 de julho de 1980 na agência de Piracicaba, cidade onde residia. Três anos depois, foi transferido para São Paulo, aposentando-se em 1996. O sindicalista morreu em janeiro de 2012, e era casado com Regina Gadelha, professora da FEA- PUC-SP

Comissão da Verdade da PUC-SP promove sessão no TUCA

A Comissão da Verdade da PUC-SP "Reitora Nadir Gouvêa Kfourri" convida para a sua 1ª sessão pública no dia 16/9, às 19h, no auditório Paulo Freire do Teatro TUCA, quando

serão apresentados o Plano de Trabalho e as medidas em andamento para a consecução de seus objetivos, incluindo o edital de bolsas de iniciação científica.

Cursos da PUC-SP se destacam em ranking da Folha

Na semana passado, foi divulgado o RUF - Ranking Universitário da Folha de S. Paulo. Apesar dos critérios de avaliação serem passíveis de crítica, como a adesão ao Exame Nacional do Ensino Médio (ENADE), que muitos cursos e universidades boicotam, o ranking lista as 192 melhores universidades do país, públicas e privadas. Os principais critérios adotados são o ensino, a pesquisa, a inovação, a internacionalização e o mercado.

A PUC-SP, avaliada nestes crité-

rios, ficou em 43º lugar, frente a 47º posição do ano passado. Cursos da pontifícia, porém, se destacaram mais do que a instituição - como serviço social, em 2º lugar; economia em 8º; e direito em 9º. Outros cursos como administração e jornalismo, por exemplo, também ficaram em boas colocações, ambos em 19º. Também na semana passada foi divulgado o ranking da Editora Abril, nele os cursos da PUC-SP aumentaram sua qualificação passando de 25 para 27 estrelas.

PAC organiza oficinas de português

O Setor de Atendimento Comunitário (PAC) promoverá oficinas de português abertas a todos os estudantes com problemas para elaborar redações, ministradas pelo pós-graduação da PUC-SP. As Oficinas são gratuitas e

os alunos interessados em participar devem comparecer no PAC, sala 63-G, no andar Térreo do Prédio ERBM, telefone: 3670-8544, para fazer a inscrição, com início imediato, e o curso possui vagas limitadas.

DRH debate Memória em workshop

A Divisão de Recursos Humanos (DRH) da PUC-SP promove cinco workshops com o tema Memória, Criatividade e Cognição, com Sônia Fuentes (psicóloga e doutoranda em Psicologia Clínica). Os encontros, que têm como objetivo compreender o funcionamento dos mecanismos da memória e

os benefícios quanto ao efetivo uso de técnicas e exercícios voltados ao aprimoramento da memória, acontecerão nos dias 18 e 25/9 e 2, 9 e 16/10, sempre das 14 às 15h30, na sala 104 (1º andar, prédio novo). Inscrições e informações: rh_beneficios@pucsp.br e 3670-3368.